

Pela primeira vez, as prefeituras da região repõem a inflação

É hora de avançar: Piso Salarial decente e Plano de Carreira Já!

O ano de 2013 pode ser considerado um marco e uma exceção na política salarial dos trabalhadores/as do serviço público da região do ABCDMR: pela primeira vez, houve pelo menos reposição da inflação, depois de anos consecutivos de arrocho salarial na maioria dos municípios da região. Em Rio Grande da Serra o reajuste foi de 10%.

É sempre bom lembrar que nos últimos oito anos, somente em Diadema houve reposição das perdas inflacionárias para o funcionalismo, apesar das conhecidas dificuldades com a famigerada LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (51,08% em dezembro de 2012). E isto só aconteceu porque, com autonomia e independência, nunca admitimos arrocho e retirada de direitos e os/as trabalhadores/as foram à luta e à greve nos anos de 2007 e 2011.

Também foi em Diadema que conquistamos avanços no estatuto do magistério e plano de carreira para a guarda municipal.

Vencida esta etapa, é hora de avançarmos rumo ao aumento do vergonhoso piso salarial de R\$ R\$ 802,69, que ficou bem abaixo da média regional em função do reajuste do piso anunciado em Santo André, Mauá e São Bernardo. Até dia 10 de junho, esperamos elevar o patamar do piso de Diadema.

A conquista de um Plano de Cargos, Salários e Carreiras que valorize prá valer os/as trabalhadores/as do Município é prioridade da categoria para 2013. A negociação com o Governo será retomada no dia 17 de maio, com a questão do Banco de Horas, e estabelecido cronograma para tratativas sobre terceirizações e outras pendências tais como pagamento dos retroativos em atraso e de licenças-prêmio.

Em escala nacional estamos trabalhando junto com a CUT e sindicatos do setor público para acabar o resquício neoliberal que é a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal. Bem como para regulamentar o direito à negociação coletiva no setor público, o que obrigará os governos a respeitar as entidades sindicais. Estamos lutando também por uma data base nacional para os municípios, o que fortalecerá a luta e a unidade da categoria em todo o país.

Mas conquistas e avanços locais e nacionais só virão com luta, com organização e com unidade da categoria, que deve confiar nas suas próprias forças e se organizar no Sindicato. Toda conquista é fruto de organização, mobilização, perseverança, capacidade de dialogar e principalmente de lutar pelo que é justo, por uma vida melhor para quem trabalha para garantir os direitos do povo de Diadema.



Prefeitura	LRF – dez-2012	Reajuste	Piso Salarial
São Caetano do Sul	50,79%	Em negociação -	Não informado
S. Bernardo do Campo	27,15%	6,77%	Aumento do piso salarial de R\$ 876 a R\$ 1.000
Santo Andre	não divulgado	5% de aumento, retroativos a 1º de abril, e 1,78% em dezembro	Aumento do piso salarial de R\$ 790,31 para R\$ 939,55
Mauá	não divulgado	6,87% em duas parcelas, 3,44% em abril e 3,43% em agosto	Aumento do piso salarial de R\$ 834,99 para R\$ 1.106.
Ribeirão Pires	46,87%	6,7% de aumento em maio	Não informado
Rio Grande da Serra	44,67%	10% de reajuste para todos os salários em abril 2013	Não informado

Assembleia Prestação de Contas

29 de maio às 17h30
na sede do Sindicato

Leia também nesta edição

Página 2

IPRED
Dívidas da prefeitura fragilizam o Instituto

Página 2

PROCESSO DO DIEESE
Continua a novela dos Planos Collor e Verão

Página 3

CONAE 2014
Em defesa da Educação Pública e de Qualidade

Página 4

BANCO DE HORAS
Exigimos que direitos sejam respeitados!

BRONCAS

Prefeitura atrasa pagamento do reajuste retroativo

O pagamento do reajuste retroativo de março, que a prefeitura de Diadema havia se comprometido a pagar em 30 de abril, só foi pago em 10 de maio por meio de Folha Complementar.

Segundo a Prefeitura, houve problemas para o processamento dessa diferença no sistema operacional que roda a folha de pagamento. O problema é que a Prefeitura não comunicou o motivo do atraso aos/às servidores/as, o que gerou dúvidas e insatisfação em relação aos valores recebidos no dia 30.

Prefeitura erra e penaliza GCPs

Os Guardas Cívicos Patrimoniais (GCPs) vem sendo prejudicados porque as horas extras não são lançadas na folha de pagamento, o que ocorre somente no mês seguinte através de folha complementar e faz com que a faixa salarial dos trabalhadores fique alterada e eleve assim o desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte. ISTO NÃO PODE

Atraso no pagamento desorganiza finanças dos professores

Os professores que assinaram ampliação de jornada em março estão há 50 dias sem receber os vencimentos corrigidos. A Direção da Escola encaminha o termo de ampliação para Secretaria de Educação dentro do prazo mas esta não reconhece o direito do professor em receber pela jornada trabalhada no mês. A tramitação demorada de papéis acarreta acúmulo de vencimentos para o mês seguinte, o que eleva o desconto do imposto de renda retido na fonte.

Dieese: a novela continua!

Os processos referentes às perdas dos Planos Collor e Verão continuam parados no Superior Tribunal de Justiça até que sejam julgados dois recursos da Prefeitura de Diadema que pedem a anulação do processo. Até agora, a ação foi ganha em todas as instâncias, mas a execução final depende da decisão do STJ. O advogado Daniel Dantas, contratado para acompanhar o processo, pediu prioridade de análise junto ao STJ, com base no Estatuto do Idoso, já que muitos companheiros/as com mais de sessenta anos são parte do processo. Nem o julgamento dos recursos, nem a decisão final do Tribunal podem ser apressados por meios legais. O Jurídico do Sindema está atento no acompanhamento do processo para prestar informações atualizadas.

Você também pode acompanhar o andamento dos recursos da Prefeitura de Diadema pela Internet. Basta entrar no site do STJ www.stj.jus.br, e clicar no ícone "Consultas", situado no lado esquerdo superior da tela; feito isso, selecione a palavra "Processos". Será aberta uma nova tela. Nela, selecione o campo "Número do Processo no STJ" e digite apenas os números dos recursos, um de cada vez, isto é, 739836 e depois 782344. Feito isto, clique em "Consultar". Escolha o processo em que figuram o Sindema e a Prefeitura como partes. Nosso processo está caracterizado como "Eletrônico". Clique em cima do Resp? e terá a lista de andamentos, em ordem do que aconteceu mais recente.



Instituto de Previdência DÍVIDAS DA PREFEITURA FRAGILIZAM IPRED

Desde 1996, a Prefeitura tem acumulado dívidas com o Ipred. Em doze anos, a Câmara Municipal aprovou nove leis complementares para parcelamento de dívidas da Prefeitura com o Ipred. Estas dívidas só foram aumentando, principalmente por atrasos nos repasses da parte patronal. Elas têm origem num empréstimo concedido pelo Instituto à Prefeitura em 1996, no valor de oito milhões de reais.

O mais preocupante é que a atual gestão não afirmou expressamente e por escrito o seu compromisso com o repasse em dia das contribuições e o pagamento da dívida com o Ipred, embora conste da nossa Pauta de Reivindicações.

Se esta situação persistir com a criação de mais dívidas ou não cumprimento dos acordos aprovados, em alguns anos, os/as trabalhadores/as estatutários/as da PMD enfrentarão dificuldades na hora de receber a aposentadoria.

É inadmissível que esta situação que fragiliza o Instituto e traz insegurança quanto ao futuro dos/das trabalhadores/as permaneça nos próximos anos. Queremos o compromisso da atual gestão de que cumprirá os acordos vigentes e repassará as obrigações patronais rigorosamente em dia.

Eleição do Ipred: baixa participação

Nos dias 2 e 3 de maio foi reeleito o diretor previdenciário e os representantes dos trabalhadores nos conselhos deliberativo e fiscal. Com apenas um único posto de votação, o acesso dos/das trabalhadores/as foi dificultado e a participação, conseqüentemente, baixíssima: dos mais de 8.000 segurados, entre ativos e inativos, menos de 1.500 votaram.

O conselho deliberativo tem papel fundamental e os/as representantes devem trabalhar de forma coesa e articulada, visando única e exclusivamente fiscalizar, determinar inspeções, auditorias ou tomadas de contas, acompanhar a execução orçamentária mensal; aprovar os cálculos atuariais para a manutenção de todos os planos assegurados pelo sistema e a aplicação do patrimônio, entre outras atribuições.

O diretor previdenciário continua sendo o Mario. Para o conselho deliberativo foram eleitos Prof. Uelton, Maurilio Nascimento, Keli, Dr. Incerpi e Piroscza Szabo (inativos). Além desses, o Governo indicará cinco representantes; a Câmara Municipal e o Sindicato terão cada qual uma vaga, totalizando 12 membros; todos obrigatoriamente devem ser do quadro de funcionários estatutários. Já o conselho fiscal será composto por Shirlei e Isabel Fumieiro (inativos).

Em defesa da Educação Pública e de Qualidade

A II Conferência Nacional de Educação, CONAE/2014 acontecerá de 17 a 21 de fevereiro de 2014, em Brasília. Como preparação, devem acontecer conferências municipais, intermunicipais e estaduais em todo o Brasil.

Embora o Sindema e a CUT regional tenham reivindicado até agora a Secretaria da Educação ainda não definiu se haverá etapa municipal em Diadema. A Conferência Intermunicipal do Pólo ABCD será nos dias 1 e 2 de agosto em São Bernardo do Campo, com a participação de delegados das cidades da região.

É importante a participação de todos/as, principalmente dos/as professores/as, entidades sindicais, movimentos sociais e conselhos de educação. É de fundamental importância a participação no debate e na apresentação de propostas para avançarmos na educação básica, educação especial, educação de jovens e adultos, educação superior, educação profissional e tecnológica.

As discussões e deliberações da II CONAE têm o tema central “O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”, nos seguintes eixos:

- I. O Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação: organização e regulação.
- II. Educação e Diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos.
- III. Educação, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: cultura, ciência, tecnologia, saúde e meio ambiente.
- IV. Qualidade da Educação: democratização do acesso, permanência, avaliação, condições de participação e aprendizagem.
- V. Gestão Democrática, Participação Popular e Controle Social.
- VI. Valorização dos Profissionais da Educação: formação, remuneração, carreira e condições de trabalho.

A CONAE representa uma possibilidade de organização e luta para assegurarmos a ampliação do financiamento, do acesso e da qualidade da educação brasileira, na construção do Sistema Nacional Articulado de Educação, a partir da concretização do Regime de Colaboração entre municípios, estados e União, previsto na Constituição Federal.

Acesse o site fne.mec.gov.br para ler o regimento interno e o documento referência do II CONAE/2014, para se preparar para as discussões que ocorrerão nas escolas. Garanta sua participação!

Mudanças no CAIS demonstram descompromisso com a educação inclusiva

Nesse ano, a Secretaria da Educação tomou diversas medidas que prejudicam a qualidade do ensino e desrespeitam os professores de educação especial. Em fevereiro, orientou a suspensão do acompanhamento de professor itinerante no período intermediário nas escolas de educação infantil. Além disso, fecharam as salas de recursos descentralizadas nas EMEBs Fabíola, Mario SantaLucia, Zilda Gomes e José Martins, o que também prejudicou a população, já que até dezembro de 2012 o atendimento nestas unidades estava garantido nos períodos da manhã e da tarde.

No período de atribuição de classes no início do ano letivo, os professores de educação especial não tiveram acesso a essas vagas. Agora, no decorrer do primeiro semestre, é que a Secretaria da Educação resolveu reabrir as salas de recurso descentralizadas. É inaceitável retrocessos na qualificação do processo de inclusão, o desrespeito com os professores da educação especial e a possibilidade de perda de recursos do governo federal. Exigimos a retomada da atribuição de classes e períodos no CAIS - Centro de Atenção a Inclusão Social de forma transparente!



Banco de Horas: exigimos que direitos sejam respeitados!



Os/as trabalhadores/as da Secretaria da Saúde estão enfrentando sérios problemas desde janeiro. É que com a posse do novo governo, os gestores não reconhecem as horas trabalhadas no sistema de banco de horas referentes ao ano de 2012. O autoritarismo dos gestores da Secretaria da Saúde e a falta de disposição para o diálogo deslocaram o debate para o Governo e Secretaria de Gestão de Pessoas.

Em 10 de abril, o prefeito se comprometeu em terminar a negociação sobre a questão do banco de horas até 10 de junho. De acordo com a Secretaria de Gestão de Pessoas há cerca de 32.000 horas de trabalho acumuladas.

A luta pelo fim do banco de horas é antiga. Tal sistema foi criado pela lei municipal nº. 2096/2001. Desde 2005 que o Sindema negocia para que o pagamento das horas adicionais trabalhadas seja feito como hora-extra. Sem acordo, o Sindicato ingressou com uma representação junto ao Ministério Pú-

blico do Trabalho - MPT - contra a Prefeitura em 2007, requerendo a instauração de procedimento de negociação coletiva referente ao banco de horas. Em 2008, o MPT determinou que o sistema previsto pela lei do banco de horas fosse extinto, que a PMD quitasse todo o crédito e estabelecesse novo acordo expresso com o/a servidor/a, com a participação do Sindicato. Na ocasião foram ainda estabelecidos critérios para o pagamento das horas acumuladas e compensação em descanso para 3113 servidores/as que possuíam passivo de horas em banco.

Agora, voltamos a exigir uma solução rápida e respeito ao trabalho extra realizado por centenas de trabalhadores/as da saúde e de todas as outras áreas. Do contrário, recorreremos novamente ao Ministério Público do Trabalho.

SINDICALIZE-SE



Um sindicato é uma associação de pessoas que fazem parte de um mesmo segmento trabalhista.

Seu objetivo principal é a defesa dos interesses econômicos, profissionais, sociais e políticos de seus associados.

Como uma categoria é composta por um grande número de trabalhadores com interesses diversos, ao ser sindicalizado, o trabalhador começa a fazer parte de um grupo com objetivos em comum: salário digno, melhores condições de trabalho, benefícios, perspectivas de crescimento na carreira, estabilidade, relações de trabalho democráticas, etc.

Cobranças, lutas e reivindicações fazem parte do cotidiano dos trabalhadores e estão sempre no centro das disputas e conflitos inerentes à luta de classe. Neste ponto fica muito evidente a importância do sindicato: quanto mais organizado o trabalhador estiver, mais chances de vitória ele terá. Para vencer qualquer luta, é imprescindível que os trabalhadores façam parte de um sindicato forte, representativo e combativo.

Ao sindicalizar-se, você assume o seu papel de protagonista nas lutas e conquistas da sua categoria. Você fortalece e amplia a representação da categoria, dando ao sindicato mais força para lutar pela manutenção das conquistas, ampliação dos direitos e por melhores condições de trabalho e vida para todos. A unidade é o que nos torna fortes e o sindicato é o nosso principal elo de união e transformação.

Trabalhador/a forte e consciente é trabalhador/a sindicalizado/a!

LEI COMPLEMENTAR 36/1995

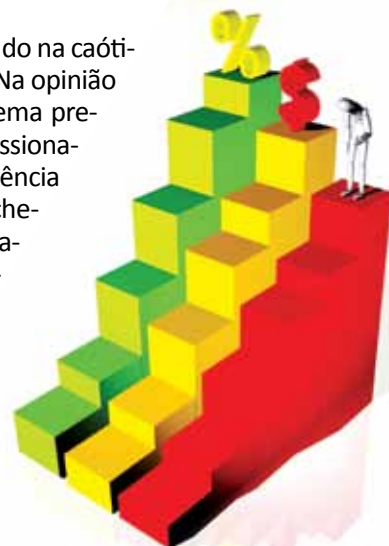
Aumento para a maioria dos servidores comissionados?

A Câmara Municipal de Diadema aprovou, em 25 de abril, uma modificação que altera a gratificação dos comissionados cuja remuneração total for maior que o vencimento do cargo em comissão.

No entanto, para a maioria dos servidores que ocupam cargos comissionados, esta lei não trará nenhuma mudança, pois a sua remuneração total ainda fica bem abaixo do salário base dos comissionados. Provavelmente a mudança beneficiará uns poucos servidores que ocupam postos de chefia, com muito tempo de serviço.

De acordo com o novo parágrafo primeiro do artigo 106 da Lei complementar 36/1995, o servidor que vier a ocupar cargo em comissão receberá o vencimento fixado do Anexo IV e sendo inferior ao vencimento recebido pelo mesmo, terá direito a um acréscimo de 10% sobre o vencimento originário.

Dessa forma, faz-se apenas um remendo na caótica situação administrativa da Prefeitura. Na opinião do Sindema, o que a Prefeitura de Diadema precisa é reduzir ao máximo os cargos comissionados, exigir qualificação técnica e experiência profissional daqueles que coordenam e chefiam setores e que os serviços sejam organizados de acordo com o interesse público e não a partir de interesses de outra natureza. Valorização profissional para todos/as só virá com um plano de cargos, salários e carreiras justo, que realmente aponte perspectivas para os quase 8.000 servidores que trabalham para assegurar os direitos básicos da população de Diadema.



EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDICATO é uma publicação do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema.

Direção do Sindicato: Jandyra Uehara Alves (presidente), José Aparecido da Silva; Mara Neide Ferreira Linhares Hora; Domingos Tomáz de Souza; Antonio Carlos Gonzaga; Roseli Aparecida de Souza; Ana Maria da Silva Santos; Maria Aparecida de Moraes Ribeiro; Edilei Ruth Teixeira de Oliveira; Benedito de Oliveira Lima; Shedd Pegáz; Fonlana Cheung; Floripes de Aguiar Kikutí; Cristiane Alves Tibúrcio. **Conselho Fiscal:** Luis Roberto Bezerra de Paiva; Rosânea das Dores Mendes; Nadia Helena Guardini; Neide Soares Fonseca; João Batista Andrade; Kelli Cristina Cursino. **Representantes junto à Federação:** Renilva Mota Ferreira; Epaminondas R. de Oliveira Filho; Jacqueline de Souza Simões; Francisco Pereira Alencar.

Jornalista responsável: Gonzaga do Monte (MTb 10835) **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (MTb 28961/SP)

O Sindicato fica na Av. Antônio Piranga, 1156, Diadema, SP CEP 09911-160 — Telefone: 4053-2930 Site: www.sindema.org.br Email: sindema@terra.com.br